



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	108.169	97.525
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6/11	137.142	137.383
Outros ativos não financeiros	9	16.303	15.673
Estoques	7	42.694	36.684
Tributos a recuperar	8a	874	58.925
Total do ativo circulante		305.182	346.190
Contas a receber de partes relacionadas	6/11	147	5.367
Depósitos vinculados	14d	5.803	5.429
Tributos a recuperar	8b	12.345	11.880
Depósitos judiciais	10	4.720	4.174
Retenções contratuais	6a	12.154	6.906
Estoques	7	4.331	4.340
IR e contribuição social diferidos	8c	38.169	69.706
		77.669	107.802
Imobilizado	12	1.760.807	2.104.256
Direito de uso	18a	45.900	63.488
Intangível	13	49.300	52.334
		1.856.007	2.220.078
Total do ativo não circulante		1.933.676	2.327.880
Total do ativo		2.238.858	2.674.070
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	11/14	98.827	731.320
Fornecedores	15	45.613	47.836
Tributos a pagar	17a	15.969	11.703
Salários e férias a pagar	16	36.352	27.828
Dividendos a pagar	21e	66.819	35.627
Passivos de arrendamento	18c	11.912	10.508
Passivos relacionados a clientes		1.559	578
Total do passivo circulante		277.051	865.400
Empréstimos e financiamentos	11/14	993.886	598.090
Passivos de arrendamento	18c	33.319	42.462
Provisão para riscos trabalhistas	19	2.528	2.295
Outras Provisões	20	8.817	7.786
Dividendos a pagar	21e	234.504	-
IR e contribuição social diferidos	8c	222.183	315.143
Total do passivo não circulante		1.495.237	965.776
Total do passivo		1.772.288	1.831.176
Patrimônio líquido			
Capital social	21a	127.767	127.767
Reservas de lucros	21b	36.559	281.503
Reservas de capital	21c	4.823	5.194
Dividendos adicionais propostos	21e	-	35.627
Ajustes acumulados de conversão	21f	297.421	392.803
Total do patrimônio líquido		466.570	842.894
Total do passivo e patrimônio líquido		2.238.858	2.674.070

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais						
	Capital social	Reservas de capital de lucros	Reservas de lucros	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Ajustes de conversão
Saldos de abertura em 01 de janeiro de 2024	127.767	5.566	237.788	75.267	-	199.734
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	71.254	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	71.254
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	193.069
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	71.254	193.069
Diferimento ágio incorporação	-	-	(372)	-	-	-
Destinação reserva estatutária e realocação dividendos mínimos-AGO 30/04/2024	-	-	-	(75.267)	-	-
Dividendos propostos-AGE 18/11/2024	-	-	(106.819)	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(35.627)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(35.627)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	35.627	(35.627)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.767	5.194	281.503	35.627	-	392.803
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	123.610	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	123.610
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(95.382)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	123.610	(95.382)
Diferimento ágio incorporação	-	-	(371)	-	-	-
Destinação reserva estatutária e realocação dividendos mínimos-AGO 30/04/2025	-	-	-	-	-	(371)
Dividendos propostos-AGE 14/09/2025	-	-	71.254	(35.627)	-	-
Dividendos propostos-AGE 05/12/2025	-	-	(35.267)	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	(280.931)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(123.610)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	127.767	4.823	36.559	-	-	297.421

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	905.821	863.464
Custos dos serviços prestados	23	(556.399)	(515.993)
Lucro bruto		349.422	347.471
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	23	(92.890)	(86.228)
Outras receitas operacionais		709	20.392
Lucro operacional		257.241	281.635
Despesas financeiras	24	(134.074)	(85.121)
Receitas financeiras	24	10.744	9.963
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	(123.330)	(75.158)
Lucro antes do IR e contribuição social		133.911	206.477
IR e contribuição social correntes	25	(72.095)	-
IR e contribuição social diferidos	8c/25	61.794	(135.223)
Impostos correntes e diferidos	25	(10.301)	(135.223)
Lucro líquido do exercício		123.610	71.254
Lucro por ação de operações continuadas atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		-	-
Lucro básico e diluído por ação	21g	0,13	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do exercício	123.610	71.254	
Outros resultados abrangentes - Ajustes acumulados de conversão	(95.382)	193.069	
Total do resultado abrangente do exercício	28.228	264.323	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais			
	Nota	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		123.610	71.254
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12/13	116.255	109.650
Amortização direito de uso	18a	17.164	22.632
Resultado na baixa e venda de imobilizado	12	416	4.021
Resultado na baixa do arrendamento	18a/b	(78)	(16.655)
IR e CS diferidos	25	(61.794)	135.223
IR e CS correntes, provisionados	25	72.095	-
Provisão para riscos trabalhistas	19/23	233	1.125
Variações cambiais não realizadas		3.235	(9.809)
Provisão de estoque obsoleto	7/23	782	-
Reversão para perdas de créditos esperada	6/23	(106)	(1.423)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	24	62.214	65.314
Outras provisões (reversões)		7.483	2.115
Total		341.509	383.447

Variáveis dos ativos e passivos operacionais:

Depósitos vinculados	(374)	(482)
Contas a receber e outros recebíveis	5.566	(24.044)
Estoques	(10.731)	(5.278)
Outros créditos	(7.641)	11.717
Impostos a recuperar	57.585	(57.366)
Depósitos judiciais	(546)	(1.303)
Fornecedores e outras obrigações	3.529	2.896
Impostos e contribuições a recolher	(8.025)	49.623
Salários e férias a pagar	1.517	2.113
Total	40.880	(22.124)

Caixa gerado nas operações

Juros pagos a terceiros	14c	(20.804)	(22.982)
Juros pagos a parte relacionada	14c	(38.007)	(35.284)
Juros pagos de arrendamentos	18b	(3.883)	(4.235)
IRPJ e CSLL recolhidos		(59.474)	(49.618)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		260.221	249.204
Aquisição de ativo imobilizado	12	(52.572)	(80.407)
Aquisição de ativo intangível	13	(3.457)	(3.260)
Alienação do ativo imobilizado		-	7.493
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(56.029)	(76.174)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de financiamentos de terceiros	14c	(90.542)	(93.702)
Pagamentos de dividendos	21e	(138.485)	(106.819)
Pagamentos de arrendamentos	18b	(10.769)	(16.713)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(239.796)	(217.234)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(35.604)	(44.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		97.525	92.167
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		46.248	49.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		108.169	97.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A SAAM Towage Brasil S.A. ("SAAM" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, à Praça XV de Novembro, 20 – sala 501- Centro - Rio de Janeiro. Constituída em 23 de outubro de 2002 com a finalidade de prestar uma variedade de serviços para os participantes do setor portuário e marítimo. Destaca-se pelas atividades de navegação de apoio portuário e marítimo, seja através de embarcações próprias ou de terceiros, mediante arrendamento ou parceria marítima, bem como a locação de embarcações e equipamentos de terceiros e para terceiros. A Companhia possui uma frota composta por 63 rebocadores próprios e 4 rebocadores afretados, com abrangência nacional nos portos de: Santos (SP), São Luis (MA), Paranaguá (PR), Sepetiba (RJ), Itajaí (SC), Vitória (ES), Rio Grande (RS), SUAPE (PE), Salvador (BA), Santana (AP), Vila do Conde (PA), PECÉM (CE), Mucuripe (CE), Belém (PA), Imbituba (SC), São Francisco do Sul (SC) e nos terminais da Petrobras em Angra dos Reis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Suape (PE). Sua controladora, a SAAM S.A., foi fundada em 1961. Uma multinacional chilena com mais de seis décadas de experiência em operações de rebocagem e serviços de logística aérea. Pioneira em serviços integrados de apoio marítimo, consolidou-se como um dos principais operadores portuários e de rebocagem das Américas, com presença em 12 países, atuação em mais de 100 portos e cerca de 2 mil colaboradores. A companhia organiza suas atividades em duas áreas de negócios - Rebocadores e Logística de Carga Aérea - e figura entre os líderes globais do setor, ocupando a terceira posição mundial em rebocagem. Sua frota, com mais de 200 rebocadores e força de tração de até 80 toneladas, é capaz de atender embarcações de diversos tipos, de navios porta-contêineres a graneleiros e petroleiros. A empresa é o principal ativo da Sociedade Matriz SAAM S.A., listada na Bolsa de Valores de Santiago e integrante do Dow Jones Sustainability Index Chile e DJSI MILA, reforçando seu compromisso com sustentabilidade e governança. A SM SAAM é uma companhia regional com sede no Chile e operações em 12 países, do Canadá ao Chile, e desenvolve seus negócios por meio das subsidiárias diretas SAAM S.A., SAAM Aéreo S.A. e SAAM Imobiliária S.A., prestando serviços de rebocadores, logística de carga aérea e locações imobiliárias, respectivamente. O domicílio da Companhia está estabelecido na Avenida Apoquindo 4800, Torre II, 18º andar, Las Condes, Santiago do Chile. Seu objeto social compreende a aquisição, compra, venda e alienação de ações de sociedades anônimas, participações ou direitos em outras sociedades, bônus, debêntures, títulos de crédito e outros valores mobiliários; sua administração, transferência, exploração, percepção de rendimentos e obtenção de ganhos com sua venda e alienação; bem como a concessão de financiamentos a partes relacionadas e a prestação de todo tipo de serviços e assessorias, sendo, dessa forma, classificada como uma sociedade de investimentos, cujo código de atividade econômica corresponde ao nº 1.300. A SM SAAM é controlada, desde 11 de janeiro de 2016, pelo grupo Quinenco S.A., de acordo com o disposto nos artigos 97 e 99 da Lei de Mercado de Valores nº 18.405, com uma participação de 66,00% em 31 de dezembro de 2025, por meio das seguintes sociedades:

Sociedades	Porcentagem de participação	Número de ações
Inversões Rio Bravo S.A.	33,25%	3.237.543.274
Quinenco S.A.	29,44%	2.866.293.185
Imobiliária Norte Verde S.A.	3,31%	322.149.301
Total Grupo Quinenco	66,00%	6.425.985.760

Em 31 de dezembro de 2025, a SM SAAM possui 3.104 acionistas registrados em seu cadastro (3.188 acionistas em 31 de dezembro de 2024). **Principais assuntos ocorridos durante o exercício de 2025: a. Conflitos geopolíticos e incertezas macroeconômicas:** Ao longo do exercício de 2025, diversos eventos geopolíticos de relevância internacional mantiveram um ambiente global de elevada incerteza, com potenciais implicações econômicas e de mercado. Tais eventos resultaram em volatilidade nos mercados financeiros, flutuações nas taxas de câmbio e incertezas nas cadeias de suprimentos. Entre os principais acontecimentos destacou-se a continuidade do conflito armado entre a Federação Russa e a Ucrânia, que permaneceu sem resolução e caracterizado por operações militares intensas, impactos humanitários significativos e esforços diplomáticos contínuos entre os envolvidos e terceiros interessados. No Oriente Médio, o conflito entre Israel e o grupo Hamas, incluindo fases de cessar-fogo e reprise de hostilidades, continuou a gerar tensões regionais e repercussões humanitárias relevantes. Paralelamente, situações de tensão na região do Golfo e em áreas adjacentes mantiveram vigilância geopolítica elevada. Adicionalmente, relações entre os Estados Unidos e a Venezuela constaram entre os principais pontos de atenção em política externa ao longo do ano, com discussões sobre sanções, pressões econômicas e risco de escalada de confrontos. Outros focos de instabilidade pelo mundo — em particular em regiões da África e da Ásia — também foram monitorados. A Administração da Companhia acompanhou continuamente o desenrolar desses acontecimentos e avaliou potenciais impactos sobre as operações, posição financeira e projeções futuras. Com base nas informações disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos adversos significativos além dos já refletidos nos valores apresentados, mas permanece o monitoramento atento de quaisquer mudanças relevantes no cenário internacional. **b. Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado ("IVA dual"), composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS. A Emenda Constitucional também criou o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Ao longo de 2025 e 2026, avançou a regulamentação do modelo de governança do IBS, culminando na sanção da Lei Complementar nº 227, que disciplinou a estrutura e funcionamento do Comitê Gestor do IBS, responsável pela administração, arrecadação centralizada e distribuição das receitas entre os entes federativos. A Reforma prevê um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual coexistirão o sistema tributário atual e o novo modelo de tributação sobre o consumo. Os impactos definitivos da Reforma sobre a carga tributária e sobre os fluxos operacionais da Companhia dependerão da consolidação da regulamentação complementar, da definição das alíquotas efetivas e da interpretação a ser adotada pelas autoridades fiscais. A Administração vem acompanhando de forma contínua a evolução legislativa e regulatória, avaliando potenciais reflexos sobre suas operações, estrutura de custos, formação de preços e créditos tributários. Até a presente data, não foram identificados efeitos contábeis que demandassem reconhecimento ou ajuste relevante nas demonstrações financeiras além daqueles já refletidos, permanecendo a Companhia atenta aos desdobramentos

normativos e à implementação gradual do novo sistema. **2 Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos:** A SAAM reconhece a relevância estratégica da sustentabilidade e da agenda ESG para a perenidade dos negócios e para a geração de valor à sociedade. A Companhia avalia continuamente os riscos e as oportunidades relacionadas ao meio ambiente, considerando seus potenciais impactos sociais, operacionais e econômicos, com foco na prevenção e melhoria contínua de suas operações. Nesse contexto, a Companhia mantém o compromisso de atender integralmente aos requisitos legais e às demais obrigações aplicáveis às suas atividades e serviços. A legislação pertinente é sistematicamente monitorada, analisada e incorporada às rotinas operacionais, bem como as normas técnicas e os procedimentos internos, assegurando elevado padrão de conformidade e governança ambiental. Por meio de um sistema estruturado de levantamento e controle de requisitos legais, a área de QSMS — Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança — gerencia e avalia os requisitos, aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades da SAAM Towage Brasil. Esse processo é continuamente atualizado sempre que surgem novas condições operacionais e regulatórias. A SAAM Towage Brasil entende que o desenvolvimento de suas atividades está diretamente ligado ao crescimento sustentável e à proteção do ecossistema. Nossas ações e resultados são periodicamente comunicados aos empregados e aos controladores, reforçando a transparência e a cultura ESG. Entre as principais frentes de sustentabilidade, destaca-se o Programa de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que busca mensurar e gerenciar o impacto climático das operações por meio de inventário de emissões baseado na metodologia internacional GHG Protocol. A empresa recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o Selo Ouro do Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, a SAAM Towage Brasil obteve a certificação PAS 2060, pelo terceiro ano consecutivo, alcançando a neutralidade em carbono, resultado de nossas ações de redução de emissões e da compensação voluntária por meio da aquisição de créditos de carbono. A Companhia promove continuamente a conscientização para o uso racional de combustíveis, aliada a investimentos em tecnologia, modernização e manutenção contínua da frota, aumentando a eficiência operacional e reduzindo os impactos ambientais. A Administração avaliou todas as informações e afirma não haver impactos nas demonstrações financeiras. **3 Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Em 31 de março de 2026, a Administração da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras que serão enviadas para apreciação na Assembleia Geral Ordinária - AGO que será realizada em 30 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da SAAM é o dólar norte-americano. Todavia, os valores registrados na moeda local (Real) foram convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa cambial vigente na data da transação. A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são divulgadas, e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: • Ativos e passivos são convertidos utilizando a taxa de câmbio vigente na data do balanço; • Receitas e despesas pela taxa em vigor na data da transação, e • O patrimônio líquido é convertido pelo valor histórico de formação. Os ajustes de conversão têm sua contrapartida reconhecida no patrimônio líquido como ajustes acumulados de conversão. O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento foram convertidos pela aplicação das taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, observadas na data da ocorrência dos fluxos de caixa, e a variação apurada na atividade operacional, pela taxa média ponderada do período. O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, foram apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Todas as informações financeiras apresentadas foram aproximadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis, requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica, e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são consideradas razoáveis nas circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente, conforme previsto no CPC 23. A Administração entende que as seguintes áreas requerem maior nível de julgamento e uso de estimativas relevantes: • provisão para perdas de crédito esperadas; • provisão para obsolescência de estoques; • contingências; • imobilizado; • int



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou dados públicos sobre o setor da atuação da Companhia, quando disponíveis; e (iv) taxas de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **e. Pronunciamentos novos ou revisados adotados em 1 de janeiro de 2025:** Os pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025 e, portanto, foram adotados, não têm impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia. **• Alterações na IAS 21 (CPC 02) - Falta de convertibilidade:** - Determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. **f. Normas e interpretações emitidas, mas que ainda não estão vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia não espera impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas. **• IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. **As alterações:** (a) esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecer e adicionar orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionar novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza:** As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use", (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **• IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Receita operacional - (i) Prestação de serviços:** As receitas da Companhia estão basicamente ligadas a execução de serviços de apoio portuário (atração e desatração de navios). A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contra-prestação recebida ou a receber. A receita descreve a transferência serviços prometidos a clientes, em troca de um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito na troca desses serviços. O rendimento é reconhecido seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 47, que considera os seguintes passos: • Etapa 1: identificar o contrato com o cliente. • Etapa 2: identificar as obrigações de desempenho do contrato. • Etapa 3: determinar o preço da transação. • Etapa 4: alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato. • Estágio 5: reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas são as entradas brutas de benefícios econômicos das atividades ordinárias durante um período, desde que provoque um aumento no capital próprio, que não esteja relacionado com as contribuições dos acionistas. A receita é reconhecida pelo valor justo quando é provável que o benefício econômico associado a uma transação fluirá para a empresa e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. As receitas ordinárias associadas à prestação de serviços são reconhecidas considerando o grau de acabamento da prestação do respectivo serviço à data das demonstrações financeiras, desde que o resultado da transação possa ser estimado com confiabilidade, seja provável que a empresa receba os benefícios econômicos derivados da transação, que o grau de conclusão da transação, à data do balanço, pode ser avaliado com confiabilidade e que os custos já incorridos na provisão, bem como aqueles que permanecem por incorrer até à sua conclusão, pode ser avaliado de forma confiável. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as variações cambiais ativas e as receitas de juros sobre aplicações financeiras, enquanto as despesas compreendem os juros sobre empréstimos, multas, descontos financeiros e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são, para fins dessas demonstrações financeiras, aquelas realizadas na moeda diferente da moeda funcional (dólar norte-americano). Os valores registrados na moeda local (real) são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. **d. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados - salários, férias e encargos -** Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a natureza do serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Benefícios de curto prazo a empregados – programa de participação nos resultados:** A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. **e. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro real. As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão, quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais

serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **f. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e inclui basicamente os gastos incorridos na aquisição de combustível, peças, filtros e cabos para manutenção das embarcações. O método de custeio dos estoques, é o PEPS (Primeiro que entra e Primeiro que sai) e está alinhado com o que é praticado pelo Grupo econômico do qual faz parte. **g. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, mão de obra direta, quaisquer outros custos para transporte do ativo para o local e demais condições necessárias para que eles sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são incluídos no resultado operacional. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é incorporado ao valor contábil do bem ou reconhecido como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo contábil do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica do bem. Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A Administração da Companhia revisa periodicamente as estimativas de vida útil econômica dos itens do ativo imobilizado, com base em fatores como utilização esperada, desgaste físico, obsolescência tecnológica e histórico de manutenção. **h. Ativos intangíveis - (i) Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, em conformidade com o CPC 04. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas, as quais são revisadas periodicamente pela Administração. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos, no mínimo anualmente, ao teste de recuperabilidade. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 05 (cinco) anos (nota explicativa nº 13). O ágio não é amortizado, sendo submetido, no mínimo anualmente, ou sempre que houver indícios de perda, ao teste de redução ao valor recuperável, conforme o CPC 01. Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) ou grupos de UGCs que se beneficiam das sinergias da combinação de negócios. O valor recuperável dessas unidades é determinado com base em estimativas de valor em uso, que envolvem julgamentos relevantes, incluindo projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento. Perdas por redução ao valor recuperável do ágio, quando identificadas, são reconhecidas no resultado e não são revertidas em períodos subsequentes. A vida útil estimada e os métodos de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança na estimativa é contabilizado prospectivamente. **i. Instrumentos financeiros: (i) Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado; Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar para partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **(iv) Impairment:** A Companhia avalia o impairment do contas a receber de clientes, com uma abordagem simplificada, conforme permitida pelo CPC 48, com base em premissas sobre o risco de inadimplência, histórico de recebimentos, condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada semestre. **(v) Capital Social: Ações ordinárias:** O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, quando aplicáveis, são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável ("impairment") - (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros classificados como "custo amortizado" são avaliados a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável após o seu reconhecimento inicial, e que tal evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado, é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora do contas a receber, conforme nota explicativa nº 6, assim como a respectiva abertura na nota explicativa nº 26. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a ela não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados por estoques, investimentos, imobilizado e ativo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e ativo intangível são revisados ao final de cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas identificadas de valor são reconhecidas no resultado. **k. Provisão:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **l. Arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, com o CPC 06 (R2), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. **(i) A Companhia como arrendatária:** Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação". Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três avaliações principais, que são: • O contrato contém um ativo identificado, o qual pode ser tanto identificado explicitamente como implicitamente, sendo identificado quando ele é disponibilizado à Companhia; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo identificado durante o período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados durante o período de uso. Ela avalia se tem o direito de direcionar como e para que finalidade o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamentos são mensais. Alguns contratos preveem aumentos calculados nos principais indicadores

econômicos. Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não são incluídas no passivo de arrendamento. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **(iii) Determinação do prazo de arrendamentos:** O prazo de arrendamento é o período não cancelável do arrendamento juntamente com: (a) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; (b) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não terminar antecipadamente e o arrendador não puder rescindir antecipadamente. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou não rescindido. **m. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito, em decorrência da prestação de serviços ou venda de bens no curso normal de suas operações, em conformidade com o CPC 47. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, conforme previsto no CPC 48. A Companhia avalia, na data de cada balanço, a recuperabilidade de suas contas a receber com base no modelo de perdas de crédito esperadas, reconhecendo provisão para perdas quando aplicável. A mensuração das perdas considera informações históricas de inadimplência, condições atuais e estimativas de tendências econômicas futuras. Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota o modelo simplificado de perdas de crédito esperadas, reconhecendo perdas esperadas ao longo da vida do instrumento desde o reconhecimento inicial. **n. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações derivadas de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Prazos superiores são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo da taxa efetiva de juros segue as condições de cada contrato. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros), conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

	2025	2024
5 Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	41.465	43.178
Aplicações financeiras	66.704	54.347
	108.169	97.525

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras referem-se a operações com liquidez diária, com prazo de vencimento definidas e com percentual de rentabilidade de 96% do CDI. **6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis**

	2025	2024
No país	70.310	65.282
No exterior	55.654	63.361
No exterior com partes relacionadas (ver NE 11)	12.281	15.169
	138.245	143.812
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(956)	(1.062)
	137.289	142.750
Circulante	137.142	137.383
Não circulante	147	5.367
	137.289	142.750

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	2025	2024
Reais	96.150	75.084
Dólares americanos	41.317	68.245
Euros	778	483
	138.245	143.812

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(1.062)	(2.485)
Constituições (NE 23)	(186)	(515)
Reversões (NE 23)	292	1.938
	(956)	(1.062)

A maturidade do contas a receber da Companhia está demonstrada na nota explicativa 26 - Risco de Crédito. **a. Retenções contratuais:** Alguns contratos com clientes constam cláusulas de cumprimento de obrigações de recolhimento de encargos de folha. Após o término do contrato, mediante a comprovação dos pagamentos, os valores retidos pelo tomador são restituídos.

	2025	2024
Não circulante	12.154	6.906
7 Composição dos estoques:		
Combustível	18.378	15.495
Cabos de reboque	4.365	2.934
Filtros	7.262	5.636
Peças consumíveis / reposição (a)	17.909	16.959
	47.914	41.024
(-) Provisão para estoque obsoleto	(889)	-
	47.025	41.024
Circulante	42.694	36.684
Não circulante	4.331	4.340
	47.025	41.024

Movimentação da provisão para estoque obsoleto:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Constituições (NE 23)	(798)	16
Reversões (NE 23)	16	(107)
Ajuste de conversão	(107)	-
	(889)	-

O custo dos estoques reconhecido no resultado, totalizou R\$ 101.349, em 2025 (R\$ 92.428, em 2024), conforme NE 23. (a) Na apresentação das demonstrações financeiras de 2024, o montante de R\$ 4.340 foi reclassificado da rubrica "Imobilizado" para "Estoques", passando a compor a linha "Peças consumíveis / reposição". Tal reclassificação teve como objetivo refletir adequadamente a natureza desses itens, resultando no aumento correspondente na referida rubrica de estoques, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, conforme conciliação na NE 12e. **8 Tributos a recuperar e diferidos:**

	2025	2024
A. Tributos a recuperar (Circulante)		
IRRF e CSLL (a)	-	58.550
PIS e COFINS (b)	510	-
INSS a recuperar (c)	281	375
CIDE	64	-
Outros	19	-
	874	58.925

(a) Referem-se ao saldo negativo de IPRJ e CSLL de valores pagos e retidos na fonte durante o ano de 2024, e que foram compensados em 2025; (b) Os créditos de Programa de Integração Social - PIS e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referem-se, aos montantes sobre insumos adquiridos e utilizados na prestação de serviços sendo compensado ao mês, havendo saldo a pagar. (c) Referem-se às retenções de INSS efetuadas na prestação de serviços.

	2025	2024
B. Tributos a recuperar (Não Circulante)		
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	200	189
PIS e COFINS a recuperar (b)	8.845	8.086
INSS - a recuperar	2.939	2.988
ISS	361	617
	12.345	11.880

(a) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda e CSLL, que são atualizados mensalmente com base na SELIC; (b) Refere-se ao saldo negativo de PIS e COFINS retido na fonte sobre os recebimentos de notas fiscais de serviços prestados, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC. A Companhia revisa os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados. Os créditos fiscais são utilizados respeitando-se os prazos legais. Caso a Companhia não utilize os créditos tributários é solicitado o reembolso dos respectivos valores à Receita Federal do Brasil. **c. IRPJ e CSLL diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Efeito no 2025 Resultado	Efeito no 2024 Resultado
Ativo de imposto diferido		
Variação cambial não realizada	-	(6.382)
Prejuízo fiscal	2.702	(31.387)
Ativo de arrendamento	15.379	(2.630)
Provisões de custos e gastos	18.913	2.887
Perdas de contas por cobrar	325	(36)
Amortização Ágio da empresa Incorporada	850	-
	38.169	(31.166)
Total de imposto diferido ativo	38.169	69.706
	Efeito no 2025 Resultado	Efeito no 2024 Resultado
Passivo de imposto diferido		
Ajuste nas taxas de depreciação (diferença de taxa de depreciação - ver NE nº 12.b)	(38.316)	(10.602)
Passivo de arrendamento	(15.999)	3.688
Diferido sobre ativos não monetários	(167.868)	99.874
	(222.183)	92.960
Total de imposto diferido passivo	(222.183)	92.960
Imposto de renda diferido líquido	(184.014)	61.794





SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



A partir de 2024, a Companhia passou a adotar o regime de competência para fins de tributação das variações cambiais ativas e passivas, em conformidade com a legislação fiscal vigente e com as práticas contábeis aplicáveis. Dessa forma, as variações cambiais passaram a ser reconhecidas na base de cálculo dos tributos sobre o lucro no período em que ocorrem, independentemente de sua realização financeira. A alteração de critério resultou no reconhecimento integral dos efeitos das variações cambiais no resultado fiscal do exercício de 2024, contribuindo para a apuração de prejuízo fiscal naquele exercício. Nos termos da legislação vigente, referido prejuízo fiscal foi parcialmente compensado com lucros tributáveis apurados no exercício de 2025. No exercício de 2025, a Companhia manteve o regime de competência para fins de tributação das variações cambiais.

9 Outros ativos não financeiros:

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários (a)	405	362
Adiantamentos a fornecedores (b)	11.987	11.442
Despesas antecipadas	3.911	3.869
	16.303	15.673

(a) Adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salários, férias, viagens (nacional e internacional) e para aquisições de materiais de uso e consumo da Companhia; (b) Adiantamentos para fornecedores de materiais de consumo e de prestação de serviços, principalmente referentes a processos de importação, docagem e manutenção maior.

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1. CSAV Austral S.A.	1.223	1.544	-	-	-	-	6.548	7.448	-	-
2. Hapag-Lloyd AG	10.911	8.258	-	-	-	-	55.731	46.655	-	-
3. SAAM S/A	-	-	213.074	31.620	559.866	630.294	-	-	43.960	47.272
4. SAAM Towage Colombia S.A.	21	5.367	-	-	-	-	-	7.493	-	-
5. SAAM Towage Chile	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. SAAM Towage Uruguay	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. SAAM Participações Ltda.	-	-	92.727	10.964	-	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272
Circulante	12.134	9.802	71.297	42.584	9.626	630.294	-	-	-	-
Não Circulante	147	5.367	234.504	-	550.240	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272

1, 2 - Contas a receber de receita da prestação de serviços efetuados em condições normais de mercado; 3 - Reembolso de despesas / rateio corporativo / empréstimo / dividendos; 4, 5 - Reembolso de despesas; 6 - Venda de peças para manutenção; e 7 - Dividendos.

Custo	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
	31/12/2024	31/12/2025					
Embarcações	2.986.700	-	-	-	1.214	(332.765)	2.655.149
Docagem (a)	106.464	-	-	(5.561)	22.760	(13.315)	110.348
Manutenção maior	54.418	-	-	(596)	13.280	(6.717)	60.385
Propulsor	25.488	-	-	-	16.423	(3.124)	38.787
Equipamentos de comunicação	1.542	230	-	(188)	302	(228)	1.658
Móveis	2.031	16	-	(350)	-	(427)	1.270
Máquinas e equipamentos	8.230	466	-	(897)	-	(1.477)	6.322
Hardware	3.975	940	-	(124)	(12)	(501)	4.278
Benefeitorias em imóveis de terceiros	2.879	344	-	-	-	(313)	2.910
Outros	217	-	-	(18)	-	(51)	148
Imobilizado em andamento:							
Embarcações	1.368	3.444	-	-	(1.214)	(149)	3.449
Docagem	12.354	31.698	-	-	(39.183)	(2.377)	2.492
Manutenção maior	4.093	11.238	-	-	(13.280)	(2.045)	6
Benefeitorias em imóveis de terceiros	87	2	-	-	-	(12)	77
Outros	130	4.194	-	-	(290)	(67)	3.967
	3.209.976	52.572	(d) (7.734)	-	-	(363.568)	2.891.246

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transfe-rências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2025
		31/12/2024	31/12/2025					
Embarcações (b)	4%	(1.045.989)	(80.073)	-	-	-	77.352	(1.048.710)
Docagem (a)	20%	(35.674)	(20.907)	5.454	-	-	3.582	(47.545)
Propulsores	10,26% - 26,09%	(3.443)	(6.289)	-	-	-	40	(9.692)
Manutenção maior	6,94% - 22,22%	(11.301)	(6.392)	596	-	-	989	(16.108)
Equipamentos de comunicação	20%	(712)	(276)	156	-	-	99	(733)
Móveis	10%	(1.480)	(94)	320	-	-	330	(924)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(4.465)	(656)	669	-	-	908	(3.544)
Hardware	20%	(2.050)	(632)	111	-	-	272	(2.299)
Benefeitorias em imóveis de terceiros	-	(526)	(330)	-	-	-	23	(833)
Outros	-	(80)	(4)	12	-	-	21	(51)
		(1.105.720)	(115.653)	7.318	-	-	83.616	(1.130.439)
		2.104.256	(63.081)	(416)	-	-	(279.952)	1.760.807

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transfe-rências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
		31/12/2024	31/12/2025					
Embarcações	4%	(17.856)	1.480	-	-	-	650.019	2.986.700
Docagem (a)	20%	(26.881)	35.483	-	-	-	15.715	106.464
Manutenção maior	20%	(25.392)	32.087	-	-	-	(1.513)	54.418
Propulsor	20%	-	18.886	-	-	-	4.607	25.488
Equipamentos de comunicação	20%	-	305	-	-	-	305	1.542
Móveis	10%	-	424	-	-	-	424	2.031
Máquinas e equipamentos	10%	-	191	-	-	-	1.526	8.230
Hardware	20%	-	732	-	-	-	732	3.975
Benefeitorias em imóveis de terceiros	-	-	366	-	-	-	79	2.879
Peças e sobressalentes	-	-	(1.323)	-	-	-	171	-
Outros	-	-	-	-	-	-	38	217
Imobilizado em andamento:								
Embarcações	-	-	(1.416)	-	-	-	192	1.368
Docagem	-	-	(54.369)	-	-	-	1.413	12.354
Manutenção maior	-	-	(32.087)	-	-	-	397	4.093
Benefeitorias em imóveis de terceiros	-	-	(366)	-	-	-	19	87
Outros	-	-	(191)	-	-	-	17	130
		2.540.595	67.945	(d) (71.446)	(1.259)	674.141	3.209.976	

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 01/01/2024		Adições	Baixas	Transfe-rências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
		01/01/2024	31/12/2024					
Embarcações (b)	4%	(731.586)	(81.871)	16.178	-	-	(248.710)	(1.045.989)
Docagem (a)	20% - 40%	(40.039)	(17.972)	24.661	-	-	(2.324)	(35.674)
Propulsores	20% - 40%	(115)	(2.642)	-	-	-	(686)	(3.443)
Manutenção maior	15,38% - 22,22%	(41.403)	(5.082)	25.392	-	-	9.792	(11.301)
Equipamentos de comunicação	20%	(382)	(209)	25	-	-	(146)	(712)
Móveis	10%	(1.055)	(103)	15	-	-	(337)	(1.480)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(3.065)	(493)	95	-	-	(1.002)	(4.465)
Hardware	20%	(1.176)	(493)	22	-	-	(403)	(2.050)
Benefeitorias em imóveis de terceiros	-	(1.646)	(333)	1.032	-	-	421	(526)
Outros	-	(63)	(4)	5	-	-	(18)	(80)
		(820.530)	(109.202)	67.425	-	-	(243.413)	(1.105.720)
		1.720.065	(41.257)	(4.021)	(1.259)	(e) 430.728	2.104.256	

(a) Tendo a obrigatoriedade de classificação das embarcações que operam no mercado brasileiro por uma Companhia classificadora habilitada, a docagem é um procedimento realizado a cada ciclo de classificação, de acordo com o ano de construção da embarcação. A taxa de amortização da docagem varia de 20% a 40%, devido às características de cada embarcação; (b) As embarcações são depreciadas por taxas de 4% ao ano. A diferença de depreciação entre a prática contábil societária (25 anos) e a fiscal (20 anos) é defendida; (c) A diferença de R\$ 1.259 se refere à transferência de custos, onde a contrapartida está em conta não pertencente ao grupo do Ativo imobilizado; (d) Algumas operações constantes nas adições do imobilizado não impactaram o fluxo de caixa, gerando dessa forma um valor menor, conforme indicado, e

	2025	2024
Nota 12 - Adições	52.572	67.945
Valores registrados no ano anterior e pagos no ano corrente	-	15.575
Valores registrados/não faturados para serem pagos no ano subsequente	-	(3.113)
Aquisição de ativo imobilizado - Fluxo de caixa de investimentos	52.572	80.407

(e) Para fins de melhor apresentação e adequada classificação contábil, determinados saldos comparativos de 2024 foram reclassificados, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido. Na apresentação das demonstrações financeiras de 2024, o montante de R\$ 4.340 foi reclassificado da rubrica "Imobilizado" para "Estoques", no não circulante, passando a compor a linha "Peças consumíveis / reposição". Tal reclassificação teve como objetivo refletir adequadamente a natureza desses itens, resultando no aumento correspondente na referida rubrica de estoques, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido. Ainda, os valores relativos a ativos de direito de uso passaram a ser apresentados de forma segregada do ativo imobilizado, embora já tivesse nota explicativa separada anteriormente, visando maior transparência. Sendo assim, o valor de R\$ 63.488 foi reclassificado do ativo imobilizado para Direito de uso. Conciliação para reclassificação da apresentação do balanço patrimonial:

	Apresentação 2024 - Anterior	Reclassificação	Apresentação 2024 - Atual
Estoque não circulante	-	4.340	4.340
Ativo Imobilizado	2.172.084	(67.828)	2.104.256
Direito de Uso	-	63.488	63.488

I. Revisão da vida útil estimada: Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** Em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza, anualmente, testes para identificar eventuais perdas por impairment, ou sempre que identificados indícios de desvalorização. O valor recuperável das embarcações registradas no ativo imobilizado, bem como do ativo por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente da aquisição da Tugbrasil, foi determinado com base no cálculo do valor em uso, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções de fluxo de caixa foram elaboradas com base em orçamentos e planos de negócios aprovados pela Administração para um horizonte de 5 (cinco) anos. Para os períodos subsequentes, foi considerada uma taxa de crescimento em perpetuidade compatível com as expectativas de longo prazo do mercado em que a Companhia atua. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a valor presente mediante a aplicação de taxa de desconto líquida de 11,9% ao ano. Com base nos testes realizados, a Administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos em 31 de dezembro de 2025, conclusão igualmente verificada em 31 de dezembro de 2024.

Depósitos Trabalhistas (i)
Depósitos Tributários (ii)

	2025	2024
Depósitos Trabalhistas (i)	1.275	1.037
Depósitos Tributários (ii)	3.445	3.137
	4.720	4.174

(i) Depósitos judiciais vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial; (ii) Depósitos de ações que o ente fiscalizador atribuiu à SAAM, como uma hipotética sucessora de obrigações de terceiro. A ação está sendo monitorada e defendida por escritório de advocacia externo. **11 Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1. CSAV Austral S.A.	1.223	1.544	-	-	-	-	6.548	7.448	-	-
2. Hapag-Lloyd AG	10.911	8.258	-	-	-	-	55.731	46.655	-	-
3. SAAM S/A	-	-	213.074	31.620	559.866	630.294	-	-	43.960	47.272
4. SAAM Towage Colombia S.A.	21	5.367	-	-	-	-	-	7.493	-	-
5. SAAM Towage Chile	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. SAAM Towage Uruguay	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. SAAM Participações Ltda.	-	-	92.727	10.964	-	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272
Circulante	12.134	9.802	71.297	42.584	9.626	630.294	-	-	-	-
Não Circulante	147	5.367	234.504	-	550.240	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272

Os montantes referentes a remuneração de pessoal-chave da administração compreendem:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	4.029	3.004

Custo	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
	31/12/2024	31/12/2025					
Embarcações	2.986.700	-	-	-	1.214	(332.765)	2.655.149
Docagem (a)	106.464	-	-	(5.561)	22.760		



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



judiciais, conforme descrito na nota explicativa 10. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas para as causas prováveis:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.295	1.170
Constituições (NE 23)	1.818	1.627
Reversões (NE 23)	(1.585)	(502)
Saldo em 31 de dezembro	2.528	2.295

a. Processos contingentes: A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2025	2024
Tributários	6.018	3.748
Trabalhistas	15.505	1.572
Cíveis	2.622	2.359
Administrativos (Tributários)	36.483	33.866
	60.628	41.545

b. Natureza dos processos judiciais - Tributários: (i) Autuação sobre CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta) sobre a receita auferida com serviços prestados a clientes estrangeiros para o período de janeiro de 2017 a junho de 2018; (ii) PIS e de COFINS do ano calendário de 2008, lavrado sob o fundamento de que os serviços prestados a armadores estrangeiros, intermediados por agentes marítimos, não poderiam ser caracterizados como exportação de serviços; (iii) Temas relacionados a Municipalidade sob o fundamento de aplicação de imposto municipal em operações de afretamento; (iv) Tema relacionado a Municipalidade sob fundamento de não cumprimento de obrigação acessória em prazo definido em legislação Municipal; (v) Discussões quanto à não homologação da compensação do crédito de PIS e COFINS exportação; (vi) Alegação de responsabilidade solidária tributária de empresa sem vínculo societário, por compra de meros ativos. **Trabalhistas:** (i) Temas relacionados a aspectos sindicais de empresa incorporada pela SAAM; (ii) A maioria dos processos envolve de regime de escala e horas extras bem como provisões semelhantes. **Cíveis:** (i) Ações de indenização envolvendo alegação de danos materiais, indenizações e lucros cessantes, sendo em um dos casos, relacionados a local de atracação. Os referidos processos tratam-se de ações anteriores a 2020, de empresa incorporada pela SAAM. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Esse reporte, considera a situação de provisões, do último trimestre de 2025. **20 Outras provisões:** Reconhecimento de obrigação legal, conforme contrato de afretamento firmado com terceiro. Ele tem o objetivo de custear a docagem pro-rata dos rebocadores ao período do contrato. Esse passivo representa um montante de R\$ 8.817 (R\$ 7.786 em 2024). **21 Patrimônio líquido - a. Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	Valor contábil	Quantidade de ações	Valor contábil
Acionista:				
SAAM S.A	641.660	69,23%	641.660	69,23%
SAAM Participações Ltda.	285.236	30,77%	285.236	30,77%
	926.896	100%	926.896	100%

b. Reservas de lucros - i. Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal atinge o seu limite máximo sobre o capital social no montante de R\$ 25.554, mantendo o mesmo saldo em 31 de dezembro de 2025. **ii. Reserva especial:** Conforme previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, a reserva especial é constituída quando a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios se torna incompatível com a situação financeira da Companhia. Nesses casos, os dividendos são registrados em reserva específica e devem ser pagos futuramente aos acionistas quando a situação financeira permitir, desde que não existam prejuízos acumulados que devam ser previamente absorvidos. Originalmente, essa reserva foi constituída para registrar os dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos, tendo posteriormente recebido também valores decorrentes de ajustes relacionados à conversão de demonstrações financeiras para a moeda de apresentação. A seguir é apresentada a evolução histórica da conta: 2010 - Os órgãos da Administração propuseram, e os acionistas aprovaram, a retenção de 100% dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício, considerando que sua distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Assim, o valor correspondente foi registrado como reserva especial. 2011 - Foi reconhecido o montante de R\$ 5.596, correspondente a 50% do lucro líquido ajustado do exercício de 2010, registrado nesta reserva. 2012 - Em decorrência da incorporação da SMIT International do Brasil Ltda. em 10 de dezembro de 2012, 50% do saldo da reserva foi absorvido, reduzindo o montante para R\$ 2.798, valor remanescente referente aos dividendos mínimos obrigatórios retidos. 2014 a 2020 - Além da finalidade original, foram registrados nesta reserva valores decorrentes da diferença entre o resultado societário em moeda local e o resultado convertido para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Essas diferenças não eram consideradas para fins de cálculo de dividendos nem para absorção de prejuízos com base no resultado local. Nesse período, foram acumulados R\$ 135.528. 2023 - O montante relacionado às diferenças de conversão de resultados foi integralmente absorvido, em função da constituição de imposto diferido sobre ativos não monetários, permanecendo na reserva apenas o valor originalmente relacionado aos dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva apresenta saldo de R\$ 2.798 (R\$ 2.798 em 2024), correspondente ao valor remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios retidos em exercícios anteriores. **iii. Reserva de retenção de lucros:** Destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Em 2011 registrava o montante de R\$ 1.320 referente a 50% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2010, e após a incorporação da SMIT International do Brasil Ltda., 50% desse montante foi absorvido, restando o valor de R\$ 660. **iv. Reserva estatutária:** Constituída por determinação do estatuto social da Companhia com finalidade de (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Companhias por Ações; e (b) reforçar o capital de giro; podendo ainda (c) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de capital da Companhia, sendo que a Assembleia Geral poderá deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 25. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva registra o montante de R\$ 7.547 (R\$ 141.957 em 2024). **v. Reserva de lucros:** A reserva foi constituída com a finalidade de alocar o lucro líquido do exercício para posterior destinação pelos acionistas, conforme deliberação societária. Em 31 de dezembro de 2024, a referida reserva apresentava saldo de R\$ 110.534. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi integralmente utilizado em razão da deliberação de distribuição de dividendos, não remanescendo valores na referida rubrica ao final do exercício. **c. Reserva de capital:** Em 2011 registrava o ágio gerado na emissão de ações no montante de R\$ 7.946. Em 2012, após uma incorporação reversa, 50% desse valor foi absorvido, restando o montante de R\$ 3.973. Adicionalmente essa incorporação também gerou o reconhecimento do Diferido de um novo ágio no valor de R\$ 9.854. Em 2025 foi realizado um total de R\$ 372 (R\$372 em 2024), referente ao ágio da incorporação, resultando um saldo de R\$ 850 (R\$ 1.221 em 2024). Dessa forma essa reserva apresenta o saldo de R\$ 4.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.194, em 31 de dezembro de 2024). **d. Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **e. Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Companhias por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **Movimentação do saldo de dividendos a pagar:**

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	35.627	75.267
Dividendos deliberados	404.181	67.179
Pagamentos	(138.485)	(106.819)
Saldo em 31 de dezembro	301.323	35.627

f. Ajustes acumulados de conversão: A rubrica "Ajustes acumulados de conversão", classificada no patrimônio líquido, tem por objetivo registrar os efeitos decorrentes das variações nas taxas de câmbio sobre a conversão das demonstrações contábeis da própria Companhia para a sua moeda de apresentação, o Real. Referida rubrica não se caracteriza como reserva de lucros, podendo apresentar saldo positivo ou negativo, em função das oscilações cambiais verificadas nos períodos de reporte. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava saldo de ajuste acumulado de conversão no montante de R\$ 297.421 (R\$ 392.803, em 31 de dezembro de 2024). **g. Lucro por ação - Resultado por ação - básico:** O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
Resultado básico por ação	0,13	0,08

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais com efeito dilutivo, conforme o CPC 41. Dessa forma, o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico apresentado acima. **22 Receita operacional líquida:** Durante o exercício de 2025 e 2024 a Companhia realizou, além dos serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), alguns serviços especiais, como: atendimento na movimentação de embarcações, que contribui para um crescimento do seu faturamento.

	2025	2024
Receita operacional bruta	1.013.022	959.320
Afretamento	146.312	153.786
Serviços prestados	866.710	805.534
	1.013.022	959.320

Deduções

	2025	2024
Impostos sobre as vendas	(72.640)	(71.001)
Devoluções e abatimentos	(34.561)	(24.855)
Receita operacional líquida	905.821	863.464

23 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais (por natureza)

Natureza	2025			2024		
	NE	Despesas Administrativas e Gerais	Custos dos Serviços Prestados	NE	Despesas Administrativas e Gerais	Custos dos Serviços Prestados
Pessoal	(167.342)	(59.461)	(226.803)	(151.771)	(52.546)	(204.317)
Frete	(1.919)	(37)	(1.956)	(2.384)	(43)	(2.427)
Serviços Contratados	(89.420)	(23.856)	(113.276)	(94.848)	(15.565)	(110.413)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(42.012)	(1.988)	(44.000)	(25.304)	(1.596)	(26.900)
Estoque	(101.349)	-	(101.349)	(92.428)	-	(92.428)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.678)	(1.115)	(3.793)	(2.343)	(1.143)	(3.486)
Viagem	(4.093)	(3.032)	(7.125)	(3.997)	(2.736)	(6.733)
Seguros	(8.369)	(77)	(8.446)	(6.358)	(69)	(6.427)
Depreciação e amortização	(114.579)	(1.676)	(116.255)	(108.245)	(1.405)	(109.650)
Amortização direito de uso	(14.760)	(2.404)	(17.164)	(20.462)	(2.170)	(22.632)
Crédito de PIS e COFINS-depreciação e amortização	2.116	113	2.229	2.806	101	2.907
Provisão para riscos trabalhistas	(180)	(53)	(233)	(1.092)	(33)	(1.125)
Provisão para estoque obsoleto	(782)	-	(782)	-	-	-
Reversão para perdas de créditos esperada (Provisões) e Reversões	-	106	106	-	1.423	1.423
Impostos, Registros e Taxas	(4.398)	3.544	(854)	(5.819)	(6.366)	(12.185)
Associações e Sindicatos	(697)	(290)	(987)	(429)	(378)	(807)
Associações e Sindicatos	(3.883)	(140)	(4.023)	(2.070)	(76)	(2.146)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(2.041)	(1.626)	(3.667)	(1.234)	(935)	(2.169)
Outros	(13)	(898)	(911)	(15)	(2.691)	(2.706)
	(556.399)	(92.890)	(649.289)	(515.993)	(86.228)	(602.221)

24 Resultado financeiro:

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(58.331)	(60.470)
Descontos concedidos	(3.804)	(3.116)
Multas e Penalidades	(113)	(121)
Variações cambiais, líquidas	(66.376)	(10.325)
Impostos sobre receita financeira	(1.052)	(1.914)
Juros sobre arrendamento	(3.883)	(4.844)
Comissões e taxas financeiras	(210)	(3.998)
Outros	(305)	(333)
Total de despesas financeiras	(134.074)	(85.121)

Receitas financeiras

	2025	2024
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	10.446	9.665
Descontos obtidos	87	35
Outros	211	263
Total de receitas financeiras	10.744	9.963

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2025	2024
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(123.330)	(75.158)

25 Imposto de renda e contribuição social:

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas, e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	133.911	206.477
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(45.530)	(70.202)
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:		
Adições permanentes	(552)	(440)
Exclusões permanentes	3.350	308
Efeito de diferenças cambiais no processo de conversão dos itens não monetários	99.875	(155.648)
Efeito dos ajustes na conversão	(67.444)	90.759
IR e CS no resultado do exercício	(10.301)	(135.223)
Alíquota efetiva	7,69%	65,49%
IR e contribuição social correntes	(72.095)	-
IR e contribuição social diferidos (Nota 8c)	61.794	(135.223)
	(10.301)	(135.223)

26 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Valor justo		Valor contábil	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	108.169	97.525	108.169	97.525
Depósitos vinculados	5.803	5.429	5.803	5.429
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	138.245	143.812	138.245	143.812
Outros créditos	12.154	6.906	12.154	6.906
	Valor justo	Valor contábil		
	2025	2024	2025	2024

Instrumentos financeiros

	2025	2024
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	1.092.713	329.410
Forneceadores	45.613	47.836
Passivo de arrendamento	45.231	52.970
Dividendos a pagar	301.323	35.627

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, principalmente dos recebíveis de clientes, instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Exposição ao risco de crédito

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	108.169	97.525
Depósitos vinculados	5.803	5.429
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	138.245	143.812
Outros créditos	12.154	6.906
Exposição líquida	264.371	253.672

A perda de crédito esperada é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços. A mensuração da taxa de inadimplência considera a recuperabilidade dos recebíveis de acordo com o perfil dos clientes, e histórico de recebimentos, baseado em experiências anteriores. Ademais, em casos particulares, alguns riscos adicionais serão avaliados e considerados para suportar o fator de provisão de um cliente específico, como os riscos correspondentes ao do setor, risco do cliente, situação financeira, capacidade de pagamento e comportamento de pagamento, indiferente do prazo negociado e/ou maturação da dívida. Em algumas circunstâncias, a Companhia não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesses casos, as perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas coletivamente, considerando informações abrangentes de risco de crédito. Essas informações abrangentes de risco de crédito devem incorporar não apenas informações vencidas, mas também todas as informações de crédito relevantes, inclusive informações macroeconômicas prospectivas, para aproximar o resultado do reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

	Provisão para perdas esperadas		Provisão para perdas esperadas	
	Bruto	2025	Bruto	2024
Não vencidos	113.046	(307)	117.018	(383)
Vencidos há 01-30 dias	19.264	(75)	16.127	(79)
Vencidos há 31-60 dias	2.120	(18)	2.126	(21)
Vencidos há 61-90 dias	1.258	(20)	588	(10)
Vencidos há 91-120 dias	1.218	(28)	542	(13)
Vencidos há 121-150 dias	426	(13)	3	-
Vencidos há 151-180 dias	-	-	1.197	(47)
Vencidos há 181-210 dias	-	-	183	(9)
Vencidos há 211-250 dias	363	(43)	168	(16)
Vencidos há 251-360 dias	120	(22)	9	-
Vencidos acima 360 dias	430	(430)	5.851	(484)
Total	138.245	(956)	143.812	(1.062)

Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco da Companhia associado às dificuldades em honrar com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia procura alinhar o giro de pagamentos com os recebimentos, controlando o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa, para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. O departamento financeiro acompanha as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano		Entre 1 e 5 anos		Acima de 5 anos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Financiamentos (valor nominal)	142.543	687.529	202.202	210.412		
Passivos de arrendamentos	15.011	14.784	21.131	1.401		
Fornecedores	45.613	-	-	-		
Dividendos	66.819	234.504	-	-		
	269.986	936.817	223.333	211.813		

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade

**SAAM Towage Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas **SAAM Towage Brasil S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as SAAM Towage Brasil S.A. correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

